COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*
DIREITO ADMINISTRATIVO
2004

1. NOME DO CURSO E ÁREA DO CONHECIMENTO

Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Administrativo
Área do Conhecimento: Direito Administrativo
Forma de oferta: curso presencial

2. JUSTIFICATIVA

A dimensão espacial que vem tomando o Estado-Administração Pública, seja pela assunção de determinadas atividades de interesse público, fazendo com que sua relevância caia nas raias da publicização, seja pelas atividades interventivas estatais na propriedade e atividades privadas, bem como na seara econômica, faz com que, paralelamente, o Direito Administrativo venha ganhando novos contornos, adequando-o à realidade constitucional e social contemporâneas.

De fato, raramente se pode distinguir um ramo do Direito tão engendrado na vida do cidadão como o Direito Administrativo, posto que, seja na prestação de serviços públicos, seja nas atividades de controle social, dentre as quais destacam-se as atividades de polícia administrativa e judiciária, ou ainda as atividades de fomento administrativo e intervenção estatal, a presença do Estado-Administração mostra-se preemente a cada dia, destacando-se que, atualmente, grande parte do percentual de ações judiciais que lotam as prateleiras dos Tribunais são causas contra o Poder Público, em decorrência da má prestação ou da ausência de prestação de serviços estatais administrativos.

Outrossim, a nova ordem constitucional vem dando relevo a novas formas de relações entre particulares e Administração, destacando-se os contratos de gestão e as atividades de regulação estatal.

Nota-se, por outro lado, que a ênfase dada ao direito privado por ocasião da formação de profissionais de Direito, não permite que se alcance a dimensão das relações disciplinadas pelo Direito Público, retirando dos profissionais da área jurídica um preparo eficiente ao lidar com a Coisa Pública e suas formas de gestão administrativa.

3. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A FDV – Faculdades de Vitória – teve o curso de graduação em Direito aprovado em julho de 1995, com início de sua primeira turma no segundo semestre do mesmo ano. Como resultado do trabalho desenvolvido, a FDV teve o curso de graduação em Direito reconhecido ainda no terceiro ano de seu funcionamento, fato inédito no País. O curso de Direito tirou A no provão em 2001, 2002 e 2003, sendo a única faculdade particular do Espírito Santo a repetir a nota máxima por três anos consecutivos. Desde 1996, são oferecidos cursos de Pós-Graduação *latu sensu* em Direito. Em 2002, tiveram início as aulas da primeira turma de Mestrado da FDV, na área de Direito e Garantias Constitucionais, o único curso de Mestrado em Direito no Estado do Espírito Santo, reconhecido pela Capes.

A missão da instituição exerce a função orientadora e delimitadora da ação institucional. É a razão de ser da instituição, o propósito central que justifica a existência da mesma. A missão da FDV é: “Formar cidadãos competentes, éticos, responsáveis e em condições de atuar com destaque no mercado de trabalho e na sociedade”.

A visão é o lugar para onde a instituição pretende se dirigir; é o ponto futuro onde se encontram as intenções, possibilidades, desejos, análises, emoções, necessidades e

probabilidades da instituição. A FDV tem a seguinte visão: “Ser referência nacional de qualidade no ensino superior em suas áreas de atuação”.

Os valores de uma instituição são um conjunto de crenças essenciais ou de princípios morais que devem governar todos os comportamentos da instituição. Transformados em políticas, os valores são guias genéricos para decisão e ação. A FDV definiu como sendo seus valores: seriedade, responsabilidade social, criatividade, satisfação, comprometimento, excelência.

4. OBJETIVOS

- Levar aos alunos uma visão das relações disciplinadas pelo Direito Público, diferenciando-as das relações de Direito Privado, apontando os fundamentos diferenciadores de tais relações;

- Apontar o papel do Direito Administrativo em tais relações, seus fundamentos e características, traçando os contornos do conceito de interesse público;

- Propiciar aos alunos o desenvolvimento da sua capacidade crítica, através da análise de julgados dos tribunais pátrios e das posições doutrinárias atuais que debatem as novas fronteiras do Direito Administrativo;

- Capacitar o aluno a lidar com as diversas formas de manifestação das atividades administrativas do Estado, interando-o em debates/discussões, despertando-lhe o potencial de análise e compreensão do Direito Administrativo.

5. PÚBLICO ALVO

Advogados, bacharéis em direito, docentes, defensores públicos, magistrados, membros do Ministério Público, Procuradores, servidores públicos na área jurídica e demais profissionais e operadores do direito.

6. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

O curso divide-se em três módulos: sujeitos administrativos, ação administrativa e controle da administração pública. Tais módulos procuram analisar o Direito Administrativo, suas relações, seus fundamentos e suas características.

7. COORDENAÇÃO DO CURSO

Coordenação Acadêmica: Evandro Maciel Barbosa - Mestrando em Garantias Constitucionais Fundamentais, professor de direito administrativo e direito processual civil da FDV, Procurador do Estado do Espírito Santo, Procurador-chefe da Procuradoria de Consultoria Administrativa do Estado do ES, Advogado

Coordenação Geral: Bruna Lyra Duque, Advogada, pós-graduada em Direito Empresarial, Mestre em Direito e Garantias Constitucionais Fundamentais pela FDV, professora da FDV e Coordenadora geral da pós-graduação *lato sensu* da FDV.

8. CARGA HORÁRIA

370 horas/aula

9.

PERÍODO E PERIODICIDADE

Segundas-feiras (18:30h às 22:30h) e terças-feiras (18:30h às 22:30h). De 08/03/2004 até 22/02/2005.

10. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DISCIPLINA	PROGRAMA	
SUJEITOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO	Fundamentos de Direito Público e Direito Administrativo Regime jurídico administrativo e os princípios gerais do direito administrativo Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Direito Regulatório e as Agências Reguladoras Terceiro Setor Agentes públicos e seus diversos regimes jurídicos O regime jurídico estatutário na Administração Pública O regime celetista e temporário na Administração Pública O regime previdenciário dos servidores públicos A remuneração dos servidores e a questão constitucional da despesa de pessoal à luz da CF/88 e da Lei de Responsabilidade Fiscal Responsabilidade do servidor e processo disciplinar Improbidade Administrativa	BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de direito administrativo*. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2004. BANDEIRA DE MELLO, Oswaldo Aranha. *Princípios gerais de direito administrativo*. Rio de Janeiro: Forense, 1979. CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de direito administrativo*. 10. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2003.
A AÇÃO ADMINISTRATIVA	Os atos estatais e uma introdução ao ato administrativo Os atos administrativos, seus elementos e atributos (regime jurídico) Extinção dos atos administrativos (anulação e revogação) Vinculação e discricionariedade Classificação, espécies de ato e os regulamentos administrativos O processo administrativo Processo administrativo tributário Licitações Contrato Administrativo Direito Administrativo Urbanístico e Estatuto da Cidade Serviços Públicos – concessões e permissões Poder de Polícia e sanções administrativas O regime jurídico dos bens públicos, alienação, formas de aquisição e de uso	BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de direito administrativo*. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2004. CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de direito administrativo*. 10. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2003. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 17. ed São Paulo: Atlas, 2004.

	O domínio hídrico e o direito das águas (à luz do Código de Águas à Lei 9.433/97) Os terrenos de marinha, as terras devolutas e as ilhas Responsabilidade do Estado Dinâmica de grupo em sala de aula O tombamento, as servidões administrativas e as ocupações temporárias Desapropriações	
CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Teoria geral do controle e o controle administrativo Controle Legislativo: político e financeiro – os Tribunais de Contas Lei de Responsabilidade Fiscal As prerrogativas da Fazenda Pública em juízo Direitos metaindividuais e sua tutela pela ação popular e ação civil pública Mandado de Segurança Suspensão de Segurança Habeas Data e Mandado de injunção Controle de Constitucionalidade com ênfase nos atos normativos administrativos A tutela dos direitos humanos pelo Estado –Administração Orçamento Público (Orçamento, Leis de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual) – Princípios do Orçamento A nova Administração Pública Dinâmica de grupo em sala de aula	BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Discricionariedade administrativa e controle jurisdicional*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2003. FIGUEIREDO.Lúcia Valle. *Controle da Administração Pública*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991. MEDAUAR, Odete. *Controle da Administração Pública*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.
METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA	1. Apresentação da disciplina. 2. Produção de texto. 3. O saber científico e a importância da pesquisa no direito - desmistificando a pesquisa jurídica. 4. O Sistema de Pós-Graduação e o Desenvolvimento Científico Brasileiro. Os Diferentes Tipos de Trabalhos Científicos (Monografia e Dissertação e Tese). 5. As Fases da Elaboração do Trabalho Científico 6. Planejamento em Pesquisa 7. A Estrutura e a Apresentação Gráfica de Trabalhos Científicos. 8. A Construção do Texto Científico – o uso correto das citações e o direito de autoria. 9. Os Sistemas de Chamada. 10. Tipos de Pesquisa - caracterização do estudo. 11. Como Elaborar Referências.	MARCONI, M. A . **Metodologia Científica para o Curso de Direito**. São Paulo: Atlas, 2001. SANTOS, Boaventura. **Pela Mão de Alice**: o Social e o Político na Pós-Modernidade. 8. ed. São Paulo:Cortez, 2001, p. 76-114 **_____. Um discurso sobre as ciências.** 11 ed. Porto: Afrontamento, 1999. **_____. Introdução a uma ciência pós-moderna.** 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

11. CORPO DOCENTE

Evandro Barbosa Maciel - Mestrando em Garantias Constitucionais Fundamentais, professor de direito administrativo e direito processual civil da FDV, Procurador do Estado do Espírito Santo, Procurador-chefe da Procuradoria de Consultoria Administrativa do Estado do ES, Advogado
Samuel Meira Brasil Júnior - Mestre / UFES
Márcio Cammarosano- Doutor / PUSP
Carlos Eduardo Vieira de Carvalho - Doutor / UFMG
Ana Claúdia Farranha Santana - Mestre
José dos Santos Carvalho Filho - Mestre / UFRJ
Sérgio Roberto Leal dos Santos - Mestre / UFSC
Dinorá Grotti - Doutora / PUCSP
Gustavo Senna Miranda - Especialista / Nelson AA/ES
Adriana Zandonade - Mestre / PUCSP
Tárek Moysés Moussalem - Doutor / PUCSP
Vera Cristina Caspare Monteiro - Mestre PUCSP
Patrícia Pereira Pavesi - Mestre / UFF
Patrícia Marques Gazola - Mestre / FDVES
Tarcísio Vieira de Carvalho Neto - Mestre / USP
Ana Cláudia Bento Graf - Mestre / UFPR
Alexandre Miguel
Manoel Alves Rabello - Mestre / UFMG
Sérgio Avelleda - Graduado
Régis Fernandes de Oliveira - Doutor / PUCSP
Flávio Cheim - Doutor / PUCSP
Sandra Lengruber da Silva - Mestre / PUCSP
Rodrigo Ávila Guedes Klippel - Mestre FDV
Marcelo Abelha Rodrigues - Doutor / PUCSP
Aldary Nunes Junior - Mestre / FDVES

12. METODOLOGIA

Palestras, debates, com base na leitura de textos fundamentais, avaliações institucionais para cada unidade temática, pesquisa bibliográfica complementar, análise de textos jurisprudenciais, leitura e interpretação crítica de textos de referência para cada tema, aulas expositivas sobre metodologia de pesquisa e de produção do trabalho final de monografia (condição necessária para obtenção de título de especialista em Direito Administrativo).

Dentro das 3 unidades apontadas, serão ministradas aulas sobre metodologia da pesquisa e metodologia do trabalho científico, de fundamental importância para auxiliar o aluno a construir e desenvolver a monografia final, que deve estar enquadrada em alguma das 03 unidades temáticas do curso.

13. INTERDISCIPLINARIDADE

A grade curricular do Curso propicia o estudo interdisciplinar, envolvendo o Direito Constitucional e o Direito Administrativo. Aprofunda-se também no conhecimento de temas específicos e emergentes destas áreas do conhecimento, através de debates envolvendo o Direito Administrativo como gênero.

14. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Orientação para elaboração do projeto de monografia e orientação para elaboração da monografia.

15. TECNOLOGIA

A FDV possui recursos variados que estarão à disposição da Curso, de acordo com as necessidades da metodologia utilizada. Data-show, retro-projetores, quadro e pincel, aparelho de som, acervo bibliográfico, xerox, laboratório de informática, material para cartazes.

16. INFRA-ESTRUTURA FÍSICA

Salas de aula climatizadas, biblioteca atualizada com livros e periódicos, auditório, estacionamento para alunos e professores, laboratório de informática, além dos recursos tecnológicos elencados no item anterior.

17. CRITÉRIO DE SELEÇÃO

Critério de seleção: análise de *Curriculum Vitae* e entrevista.
Pré-requisito para ingresso no curso: graduação em Direito.

18. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO

O aluno deverá freqüentar com aproveitamento todos os módulos e ser aprovado na monografia final para obter o título de Especialista em Direito Administrativo. É exigida a nota mínima de seis (6,0) em cada módulo e 6,0 (seis) na monografia.

O aluno que não cumprir integralmente o Curso de Pós-Graduação em Direito Administrativo poderá receber um certificado de participação relativo ao módulo que tiver freqüentado com aproveitamento.

Os alunos irão avaliar o corpo docente e a Instituição, através de formulário específico.

19. CONTROLE DE FREQÜÊNCIA

É exigida freqüência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária de cada módulo. O controle será feito pelo Professor, no início e no fim de cada aula.

20. TRABALHO DE CONCLUSÃO

Os alunos dos cursos da pós-graduação *lato sensu* terão direito à orientação de um professor para a elaboração da monografia. A monografia deverá ser concluída e apresentada ao Coordenador do curso, no prazo máximo de 120 (cento e vinte dias) dias, após o aluno haver cumprido, com aproveitamento, todas as disciplinas programadas. A monografia, requisito indispensável para obtenção do título de Especialista, é um texto escrito sobre quaisquer áreas relacionadas direta ou indiretamente com os programas das disciplinas ministradas durante o Curso. Ela deverá exprimir de forma clara a capacidade de análise e de utilização de conceitos científicos por parte do aluno. Para ser aprovado na monografia final, o aluno obter nota superior a 6,0 (seis), atribuída por Professor designado pela Coordenação para a correção do trabalho.

21. CERTIFICAÇÃO

O certificado de conclusão do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* será expedido pelas Faculdades de Vitória – FDV, nos termos da Resolução CNE/CES nº 1, de 3 de abril de 2001.

22. INDICADORES DE DESEMPENHO

INDICADORES	FONTES
Número de alunos a serem formados	Relatório final
Índice médio de evasão admitido	Folhas de freqüência
Motivos da evasão	Entrevista com alunos
Média de desempenho dos alunos	Pauta de notas
Grau de aceitação dos egressos	Pesquisas com egressos

23. RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

Como trata-se da primeira turma do curso, relacionamos somente os seguintes itens:

INDICADORES	FONTES
Número de monografias a ser defendida	27
Número de trabalhos publicados pelos docente	107
Número de projetos de serão desenvolvidos	27
Mecanismo de avaliação institucional	Instrumento de avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI aplicado junto ao corpo docente, discente e técnico administrativo